



ATA Nº 11/2021

Aos 14 (catorze) dias do mês de maio de 2021, às 14h, realizou-se mais uma assembleia virtual da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a coordenação do presidente Paulo Kohlrausch. O convidado foi o secretário de Articulação e Apoio aos Municípios, Luiz Carlos Busato. Participaram os prefeitos e/ou representantes dos municípios de Santa Clara do Sul, Ilópolis, Forquetinha, Marques de Souza, Paverama, Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Estrela, Fazenda Vilanova, Westfália, Putinga, Nova Bréscia, Dr. Ricardo, Poço das Antas, Anta Gorda, Colinas, Taquari, São José do Herval, Boqueirão do Leão, Encantado, Sério, Canudos do Vale, Ilópolis e Teutônia. Também participaram técnicos da Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios, senhores Jatir Radaelli, Guido Bamberg e Rogério Pasa, assim como o secretário-executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Taquari, Nilton Rolante; o assessor jurídico da Amvat Juliano Heisler e membros da Comissão Regional de Controle da pandemia, e a imprensa regional. O presidente abriu os trabalhos e informou que a assembleia, num primeiro momento terá a participação do secretário Busato, e que num segundo momento será tratado sobre o novo modelo de Distanciamento Controlado. O Governador está fazendo uma “live” anunciando o novo modelo, que está sendo acompanhada pelo assessor jurídico Juliano Heisler, que depois dará as informações aos prefeitos. Lembrou que os municípios podem flexibilizar as regras, mas que tudo depende de dois terços de aprovação dos prefeitos. Antes da participação do secretário fez uso da palavra Jatir Radaelli, que atua na pasta e já presidiu a Amvat. Disse que atua de modo especial no Negocia RS, que são créditos dos municípios referentes à saúde, que não foram repassados às prefeituras pelo Estado. O presidente observou, em relação a este tema, que foram colocados alguns imóveis do Estado para serem dados aos municípios em contrapartida à dívida. Citou que Santa Clara do Sul, por exemplo, não tem imóveis, mas tem crédito. Talvez, segundo ele, possa ser de forma consorciada, um município pode ter um imóvel de valor muito maior que sua dívida, aí vários poderiam abater, e numa destas situações talvez receber uma área, um imóvel para entidades como a Amvat, o Consisa e outras. Neste momento ocorreu a participação do secretário Luiz Carlos Busato, que iniciou falando de programas que estão à disposição dos municípios, como o Negocia RS, programa de asfalto, entre outros. “Sou municipalista e desta forma queremos conduzir a secretaria, da qual estou à frente há 40 dias. Estamos dando um novo formato à secretaria. Quero colocá-la à disposição de vocês. O Negocia RS é um programa excepcional, contemplando municípios com prédios ou terrenos do Estado que às vezes fazem falta aos municípios, por dívidas na saúde que vem desde o governo Tarso. O programa de asfalto não está totalmente formatado. São asfaltos dentro dos municípios”, afirmou. Busato também colocou à disposição dos prefeitos os telefones 051 99479-7954 (telefone da Secretaria) e o seu particular (51) 9 8017-1414. O presidente citou que existe área do Daer em Lajeado, e sugeriu reivindicar esta área



em conjunto, apresentando os nomes do prefeito Elmar Schneider, secretário da Amvat e do Consisa, e de Nilton Rolante, que é secretário executivo do Consisa, junto com Jatir Radaelli, que está atuando na secretaria, para analisarem esta questão. Na continuidade houve a apresentação do programa Negocia RS, pelo assessor da SAAM, Guido Bamberg. Segundo ele, até o ano passado pouco mais de 30 municípios tinham aderido, mas a meta é chegar ao final do ano com 150 municípios com adesão. O passivo da Saúde é de R\$ 463 milhões não empenhados, de 2014 a 2018, e o Estado não tem condições de pagar. “É uma forma que o governador encontrou de pagar estes débitos com os municípios”, disse, acrescentando que em Erechim os municípios estão fazendo sob forma de consórcio, destinando 20% do que cada um teria direito para uma área que ficaria para ser a sede da Associação regional. O primeiro passo, conforme Bamberg, é identificar o imóvel, pedindo a matrícula do mesmo se a região já tem um imóvel, para que a secretaria verifique se não há nenhum impedimento. Informou que vai encaminhar à Amvat a lista de imóveis disponíveis de cada município para que possam ir vendo e dar andamento aos processos com celeridade. “Desde que os imóveis não tenham qualquer empecilho, podem ser solicitados pelos municípios. Tinha município bem adiantado, fez toda a tramitação, só que quando chegou na Saúde (secretaria) foi visto que no local se localizava uma unidade de saúde lá, e aí não podia ser negociado. Muitos imóveis do Estado estão sendo usados, não podem entrar no programa. Os que estão em “desuso” podem entrar na negociação”, finalizou. Houve em seguida questionamentos por parte dos prefeitos. Danilo Bruxel, de Arroio do Meio, comentou que existem várias áreas em seu município e aprovou a proposta de usar para a região. “É louvável, vale a pena tocar adiante esta ideia, começar a construir isto.” O prefeito de Anta Gorda disse que é importante o envio da relação dos imóveis disponíveis e o de Ilópolis perguntou quem faz a avaliação, sendo informado que o município tem que fazer uma avaliação do imóvel, avaliação técnica, não por corretor de imóvel, mas por engenheiro civil. Depois desta avaliação é analisado pelos técnicos do Estado, para ver se está de acordo com os padrões ou não. É uma avaliação de mercado. “O que o Estado vai fazer é validar ou não o que o município apresenta”, pontuou Bamberg. O prefeito de Estrela, Elmar Schneider, disse que é preciso reconhecer o que o atual governo está oportunizando, sinalizando com possibilidade de municípios obterem um prédio, que muitas vezes estão abandonados. Lembrou que no ano que vem tem eleições, e que novamente o prazo será curto, sendo necessária agilidade. Colocou-se à disposição para colaborar e afirmou ser Inaceitável os municípios pagarem aluguéis quando muitas vezes há prédios abandonados do Estado. O secretário da Administração de Marques de Souza, Ricardo Kich, questionou se seria possível usar precatórios, mas estes não são contemplados pelo programa. Outro programa apresentado pelos representantes da SAAM foi o de pavimentações, denominado Programa Estadual de Pavimentações, que prevê obras em trechos de vias urbanas, que não são de competência do Daer. Um exemplo é o acesso ao Cristo Protetor, em Encantado, de dois quilômetros, que muito provavelmente será contemplado, pois tem um apelo turístico muito grande. Depois



de inaugurado, terá movimento intenso, deve ser pavimentado. São projetos de trechos urbanos que tenham um apelo social importante, na ordem de R\$ 1 milhão por município. Deve ser lançado nos próximos dias pelo governador. Contemplar principalmente viés turístico, que fomenta a economia local. Inicialmente a estimativa é de R\$ 60 milhões, de 30 a 40 projetos para municípios de até 50 mil habitantes. O prefeito de Anta Gorda citou o acesso à Gruta Nossa Sra.de Lurdes, para o qual o município deve apresentar projeto. Guido Bamberg colocou também outros programas, como um voltado às mulheres, para que a prefeitura tenha o selo “Prefeitura Amiga da Mulher”. Também está à disposição na secretaria este programa, que é de simples implantação, não gera custo algum ao município, pode estar ligado ao Gabinete da Primeira Dama ou Assistência Social. No RS só tem 23 municípios com este selo. Se Amvat apresentar uma proposta, pode fazer uma divulgação em nível estadual. Atende mulheres vítima de violência. Programa que, segundo ele, tem apelo social muito grande. Colocou-se à disposição dos municípios, se os prefeitos tiverem algum entrave, alguma demanda. “Queremos tornar a secretaria mais ativa lá na ponta. Também tem acesso direto com o Badesul. Se prefeito precisar apoio, é muito atrativo para o município”, disse. Ao final o presidente pediu que a SAAM encaminhe um portfólio com todos os programas da secretaria, que a associação fará chegar a todos os prefeitos. Encerrada esta etapa, foi abordado o novo sistema de Distanciamento Controlado. De acordo com presidente, aumenta a responsabilidade dos municípios, mas tudo deve ser aprovado por 2/3 dos municípios, avalizado pelo Comitê Técnico. Comunicou que a “live” do governador, prevista para o início da tarde, foi adiada para às 16h30min, não tendo mais informações sobre o modelo a ser anunciado pelo governo. O presidente comentou ainda sobre a vacinação de professores. Disse entender que a assembleia Amvat é o fórum adequado para discussões em nível regional e que uma questão pontual que ocorreu nas últimas semanas foi o fato de Esteio e São Leopoldo estariam iniciando vacinação de professores. Lembrou ter participado de reunião na Famurs, que faria comunicado ao MP se poderia ou não vacinar professores e que na última segunda-feira a Famurs entendeu que poderia liberar, mas neste momento, a partir de decisão do ministro Dias Tófolli, ficou proibido fazer vacinação que não siga o Plano Nacional de Imunização. “Cada um tem sua ideia, e isto deve ser respeitado, mas trago o assunto porque Lajeado anunciou que ia fazer a vacinação dos professores. Na semana passada causou um certo desconforto entre os prefeitos. Temos que ter um certo cuidado para lembrar que “direção é mais importante que velocidade”. Todos nós temos a responsabilidade de conduzir os nossos municípios”, afirmou. Citou ainda que há cerca de 30 dias, enquanto Amvat, foi entregue solicitação ao Estado para incluir os professores na vacinação. “O Ministério e a Secretaria Estadual da Saúde têm toda capacidade de criar um conjunto de regras para seguir a vacinação, o que vem acontecendo. Como prefeito, penso que é simples e eficaz seguir o ordenamento que vem sendo seguido no país inteiro. Penso que, quanto mais tivermos serenidade e cautela, um passo de cada vez, menos problemas estaremos trazendo para as nossas



comunidades. Esta é minha opinião pessoal. Respeitamos o direito e a autonomia de cada um. Trouxe este assunto porque de vez em quando alguém me ligava pedindo como fazer. “Nem tudo é tão urgente quanto possa parecer”. Em seguida houve a participação do assessor jurídico da Amvat, Juliano Heisler, que informou que, embora o governador vá apresentar de forma oficial às 16h30min o novo modelo de distanciamento, algumas situações já se evidenciam pela prévia de documentos que foram apresentados durante a semana. De modo geral, segundo ele, a Comissão Técnica estudou indicadores, para que efetivamente se possa controlar a pandemia se houver aumento de casos. A sugestão da Comissão, de acordo com Heisler, é aguardar a documentação que virá do Estado, para que os prefeitos tomem com segurança as decisões. Ele não descarta inclusive a prorrogação do sistema vigente e frisou que a proposta é aguardar o modelo, para possíveis alterações de protocolos, a fim de que não haja precipitações. Os dados da comissão, informou o assessor, mostram leve tendência para aumento, o que demonstra que deve haver atenção antes de liberar atividades, pois até o momento os protocolos obrigatórios estavam em revisão, não se sabendo se vai haver alteração. “Vamos continuar monitorando qualquer alteração. Este primeiro momento é de prudência, para que primeiro se tenha os dados para uma melhor manifestação. Para ter dados confiáveis para a tomada de decisão. Em relação ao assunto, o prefeito de Taquari, André Brito, observou que é uma atitude sensata e oportuna no momento, pois os prefeitos não podem comprometer o futuro. De acordo com o prefeito, a serenidade nas ações será importante para manter o nível de estabilidade. Sobre vacinação, disse que o município segue o princípio da legalidade e que não podem, os prefeitos, ir contra as regras. Informou ter levantamento dos professores da rede municipal educação (cerca 500 pessoas) e que, se chegarem mais doses, vão iniciar a vacinação, mas cumprindo a lei. Já Sandro Herrmann, de Colinas, abordou a questão do custo produção de aves e suínos, tratado na semana anterior. Ele esteve em Brasília, junto com outros prefeitos, onde tiveram audiência com o ministro Ônix Lorenzoni, e teve oportunidade de colocar esta preocupação. Ele tentou agendar um encontro na próxima semana com os presidentes das cooperativas e Amvat, com a ministra Teresa Cristina e Bolsonaro, mas os presidentes das cooperativas desistiram da reunião, optando por canalizar este encontro por meio da ABPA. A respeito, o presidente Paulo Kohlrausch disse ter alinhado uma agenda com o governador, tendo solicitado ao presidente da Assembleia Legislativa apoio para viabilizar um encontro com o governador para discussão da crise neste setor. Sendo estas as considerações da assembleia, o presidente agradeceu a participação de todos e encerrou os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Paulo Cezar Kohlrausch,
Presidente da AMVAT**